



FUNDAÇÃO
HERMÍNIO OMETTO

Fundação Hermínio Ometto

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Parecer do Conselho Fiscal	2
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Fundação Hermínio Ometto, examinamos o Balanço Patrimonial da Fundação Hermínio Ometto levantado em 31/12/2022 e as respectivas Demonstrações de Resultados, de Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas correspondentes ao exercício encerrado na referida data.

Com base nos exames que efetuamos e também suportados pelo parecer da auditoria independente realizada por KPMG – Auditores Independentes, somos de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas, estão em condições de merecerem a aprovação da Assembléia Geral.

Araras, 23 de março de 2023.



JOSÉ ADILTER ZAPPAROLI
Membro



ALFONSO MARCELO ARCERITO
Membro



ANDRÉ LUIZ ZOCA
Membro



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da
Fundação Hermínio Ometto
Araras – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Hermínio Ometto (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Hermínio Ometto em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-027611/F



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	1.008.550	7.499.090	Financiamentos e empréstimos	12	10.953.632	10.885.912
Contas a receber de alunos				Fornecedores		803.278	797.131
Valor bruto do contas a receber de alunos		100.552.052	95.407.968	Passivo de arrendamento		9.528	118.892
Ajuste a valor presente		(354.734)	(259.792)	Impostos e contribuições a recolher	13	1.591.364	908.864
Provisão para perdas de crédito esperadas		(51.856.243)	(50.100.247)	Salários e férias a pagar	14	5.829.565	4.627.246
Subtotal contas a receber de alunos	10	48.341.075	45.047.929	Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		195.829	183.601
Estoques		291.998	234.166	Adiantamentos de alunos e de convênios		517.149	533.348
Outros créditos		1.066.601	897.339	Receita diferida		127.551	127.551
Total do ativo circulante		50.708.224	53.678.524	Outras contas a pagar	15	14.285.310	1.655.769
Não circulante				Total do passivo circulante		34.313.206	19.838.314
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Depósitos judiciais		161.347	187.432	Financiamentos e empréstimos	12	480.662	2.725.704
Contas a receber de alunos		141.898.918	123.497.025	Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		141.712	321.302
Ajuste a valor presente		(5.701.531)	(3.706.652)	Passivo de arrendamento		-	9.531
Provisão para perdas de crédito esperadas		(15.580.432)	(14.574.180)	Provisões de processos judiciais	16	40.000	50.000
Subtotal contas a receber de alunos	10	120.616.955	105.216.193	Adiantamentos de alunos e de convênios		3.890	4.037
Outros créditos		71.494	105.486	Receita diferida		265.731	393.282
		120.849.796	105.509.111	Outras contas a pagar	15	27.263.870	1.578.597
Direito de uso		8.990	123.070	Total do passivo não circulante		28.195.865	5.082.453
Imobilizado	11	127.596.466	77.724.873	Patrimônio líquido	17		
Intangível		87.350	128.104	Patrimônio social		191.667.705	163.901.089
Total do ativo não circulante		248.542.602	183.485.158	Reserva de reavaliação		20.147.900	20.575.211
				Superávits acumulados		24.926.150	27.766.615
Total do ativo		299.250.826	237.163.682	Total do patrimônio líquido		236.741.755	212.242.915
				Total do passivo		62.509.071	24.920.767
				Total do passivo e patrimônio líquido		299.250.826	237.163.682

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49

JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15

FRANCISCO FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 037.993.238-56

PAULO CÉSAR DE MORAES
Contador - CRC ISP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

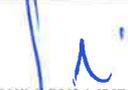
FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

<i>(Em reais)</i>	Nota	2022	2021
Receitas Operacionais			
Receita bruta prestação de serviços educacionais			
Receitas de mensalidades / anuidades educacionais		102.991.671	110.321.535
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas		54.788.417	61.327.413
Outros serviços educacionais		538.097	454.022
	18	<u>158.318.185</u>	<u>172.102.970</u>
(-) Deduções das receitas			
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais 100%		(11.559.505)	(15.440.998)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais 50%		(4.851.002)	(8.122.721)
Bolsas de estudos Institucionais - Integrais 100%		(3.690.546)	(2.866.794)
Bolsas de estudos Institucionais - Parciais 50%		(34.687.364)	(34.896.901)
Outras bolsas de estudo		(15.062.028)	(14.484.428)
Devoluções e cancelamentos		(5.930.785)	(9.584.355)
Descontos concedidos		(7.694.786)	(7.407.540)
Cofins imune sobre faturamento	24	<u>(5.027.429)</u>	<u>(5.213.746)</u>
	18	<u>(88.503.445)</u>	<u>(98.017.483)</u>
Receita operacional líquida	18	<u>69.814.740</u>	<u>74.085.487</u>
Custos dos serviços prestados			
Custos dos serviços educacionais	19	(45.600.152)	(43.252.295)
Custos dos serviços de atendimentos à população	19	(3.503.294)	(2.408.283)
Custos de contribuição previdenciária imune	19 / 24	<u>(9.174.212)</u>	<u>(8.478.044)</u>
		<u>(58.277.658)</u>	<u>(54.138.622)</u>
Resultado bruto		<u>11.537.082</u>	<u>19.946.865</u>
Outras receitas operacionais			
Outras receitas operacionais		1.261.227	1.296.772
Serviços voluntários obtidos		3.967	6.313
Imunidade das contribuições sociais usufruídas	24	<u>5.027.429</u>	<u>5.213.746</u>
Outras despesas operacionais			
Constituição de perdas de crédito esperadas		(2.941.938)	(3.766.417)
Administrativas e gerais	19	(20.335.094)	(15.497.895)
Contribuição previdenciária imune	19 / 24	<u>9.174.212</u>	<u>8.478.044</u>
Despesas com serviços voluntários		(3.967)	(6.313)
Outras despesas operacionais		(61.018)	(7.737)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>3.661.900</u>	<u>15.663.378</u>
Receitas financeiras	20	24.632.422	16.945.703
Despesas financeiras	20	<u>(3.795.483)</u>	<u>(5.274.087)</u>
Financeiras líquidas		<u>20.836.939</u>	<u>11.671.616</u>
Superávit do exercício		<u>24.498.839</u>	<u>27.334.994</u>

 FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE Presidente CPF 715.008.208-49	 JORGE HIROSHI MURAKAMI Conselheiro CPF 670.375.858-15
 FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES Diretor Administrativo-financeiro CPF 037.993.238-56	 PAULO CESAR DE MORAES Contador - CRC ISP252960/O-4 CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	2022	2021
Superávit do exercício	24.498.839	27.334.994
Resultado abrangente do exercício	24.498.839	27.334.994

 FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE Presidente CPF 715.008.208-49	 JORGE HIROSHI MURAKAMI Conselheiro CPF 670.375.858-15
 FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES Diretor Administrativo-financeiro CPF 037.993.238-56	 PAULO CÉSAR DE MORAES Contador - CRC 1SP252960/O-4 CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

		Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021	Nota	146.924.228	21.006.832	16.976.861	184.907.921
Transferência para patrimônio social	17	16.976.861	-	(16.976.861)	-
Realização da reserva de reavaliação	17	-	(431.621)	431.621	-
Superávit do exercício		-	-	27.334.994	27.334.994
Saldos em 31 de dezembro de 2021		163.901.089	20.575.211	27.766.615	212.242.915
Transferência para patrimônio social	17	27.766.615	-	(27.766.615)	-
Realização da reserva de reavaliação	17	-	(427.311)	427.311	-
Superávit do exercício		-	-	24.498.839	24.498.839
Saldos em 31 de dezembro de 2022		191.667.705	20.147.900	24.926.150	236.741.755



FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49



JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15



FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo financeiro
CPF 037.993.238-36



PAULO CÉSAR DE MORAES
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FUNDAÇÃO HERMÍNIO OMETTO

CNPJ 44.701.688/0001-02

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Descrição	Nota	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		24.498.839	27.334.994
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação	11	3.632.466	3.843.717
Amortização intangível		42.754	62.900
Amortização direto de uso		120.021	151.831
Resultado na baixa de ativo imobilizado		118.847	8.193
Ajuste a valor presente do contas a receber	10	2.089.821	1.754.023
Provisão para perdas de crédito esperadas líquidas	10	2.762.248	3.476.316
Juros reconhecidos referente a créditos a receber		720.933	344.775
Provisão para obsolescência dos estoques		(135.118)	(20.899)
Realização ajuste a valor presente do passivo de arrendamento		5.497	15.236
Constituição/reversão de provisões	16	(493)	17.311
Juros e encargos financeiros		(629)	(56)
Juros não realizados referente a empréstimos e financiamentos	12.1	726.067	1.592.193
Juros não realizados referente a compra de imobilizado		124.000	-
(Aumento) ou diminuição ativos			
Contas a receber de alunos		(5.865.017)	(3.292.568)
Estoques		77.285	118.744
Outros créditos		(169.261)	(22.922)
Depósitos judiciais		26.085	-
Contas a receber de alunos - longo prazo		(18.401.893)	(20.934.436)
Outros créditos - longo prazo		33.992	19.776
(Diminuição) aumento passivos			
Fornecedores		6.147	158.091
Impostos e contribuições a recolher		682.500	(33.424)
Salários e férias a pagar		1.202.320	(393.074)
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09		(167.362)	(180.355)
Pagamentos de processos judiciais	16	(9.507)	(7.311)
Adiantamento de alunos e convênios		(16.346)	170.880
Receita diferida		(127.551)	(250.000)
Outras contas a pagar		566.812	(195.539)
Caixa gerado nas atividades operacionais		12.543.459	13.738.396
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.543.459	13.738.396
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	11	(15.998.905)	(1.800.049)
Aquisição de intangível		(2.000)	(68.459)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(16.000.905)	(1.868.508)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	12.1	9.375.000	-
Pagamentos de passivos de arrendamento	12.1	(129.704)	(164.542)
Pagamento de juros	12.1	(1.678.031)	(1.293.246)
Pagamentos de empréstimos	12.1	(10.600.358)	(11.231.992)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(3.033.094)	(12.689.780)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		(6.490.540)	(819.892)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		7.499.090	8.318.982
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.008.550	7.499.090
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa		(6.490.540)	(819.892)

FERNANDO FERNANDES ALVARES LEITE
Presidente
CPF 715.008.208-49

JORGE HIROSHI MURAKAMI
Conselheiro
CPF 670.375.858-15

FRANCISCO E. FERNANDES SANCHES
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF 037.993.238-56

PAULO CÉSAR DE MORAES
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05

Nota explicativa ao parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Hermínio Ometto (“Fundação”), com sede na Av. Dr. Maximiliano Baruto, nº 500, na cidade de Araras/SP, é uma entidade autônoma e pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área de Educação, conforme o art. 3º do Estatuto Social, com Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 1.840 de 7 de novembro de 1978, e Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 1.113 de 11 de agosto de 1975. Tem por objetivo social criar, instalar, manter e promover a expansão de institutos de nível superior, podendo desenvolver suas atividades nos demais níveis de ensino, se assim lhe for conveniente, e suas atividades deverão se orientar no sentido do desenvolvimento cultural, social, científico, técnico e econômico do país, dando maior ênfase aos campos mais diretamente ligados à saúde e ao aperfeiçoamento humano.

A Fundação, na condição de Entidade Beneficente na área da Educação, goza da imunidade tributária, prevista na Constituição Federal, no que se refere ao seu patrimônio, renda, serviços e contribuições sociais para o desenvolvimento de seus objetivos, atendendo aos requisitos legais que asseguram essa imunidade, estando sujeita à inspeção e aceitação pelas autoridades competentes por períodos variáveis de tempo. A Fundação vem prestando contas regularmente de acordo com os prazos estabelecidos por cada órgão. Esses prazos são anuais e trienais.

Renovação do certificado de entidade beneficente de assistência social

Em 06 de abril de 2022, foi publicada, no Diário Oficial da União, a certificação da Fundação relativa ao Processo nº 23000.014355/2019-08, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2019 a 16 de maio de 2022.

Em dezembro de 2021, foi protocolado no Ministério da Educação (MEC) o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente à vigência de de maio de 2022 a maio de 2025 conforme o Processo nº 23000.031973/2021-29, o qual se encontra em análise. De acordo com o art. 37 § 2º da Lei Complementar nº 187/2021, a Fundação continua a usufruir da certificação relativa ao Processo nº 23000.014355/2019-08 até o julgamento do novo pedido de certificação.

Aquisição de novas instalações

Em 06 de dezembro de 2022, a Fundação adquiriu as instalações onde até recentemente estava em funcionamento o campus da UNIMEP, instituição pertencente ao Grupo Metodista, localizado na cidade de Santa Bárbara d’Oeste.

Em uma área de 205,6 mil metros quadrados, existem construções e benfeitorias que totalizam uma área construída de 18,4 mil metros quadrados. A Fundação arrematou em leilão o imóvel pelo valor de R\$ 50.000.000, sendo uma entrada de R\$ 12.500.000 e seis parcelas semestrais de R\$ 6.250.000 vide detalhes nota explicativa nº 15.



Pelo exposto, esta aquisição vai além de uma simples transação comercial. Ela representa a continuidade do uso das instalações do campus de Santa Bárbara para os mesmos nobres objetivos que o levaram a ser implantado. Representa a oferta de ensino superior de qualidade na região, ampliando as oportunidades, em especial aos componentes de famílias menos favorecidas financeiramente. Após realizada a aquisição, a instalação de um campus da Fundação no local depende de um processo a ser elaborado e reforma da infraestrutura para, posteriormente, ser submetido à aprovação do Ministério da Educação.

Acreditamos que com a maturidade acadêmica e administrativa alcançada pela Fundação, teremos êxito nesta iniciativa, o que resultará numa maior estabilidade futura da própria Fundação Hermínio Ometto.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade - Com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e Resolução nº 1409/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a interpretação ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que tratam de orientações específicas para entidades sem finalidade de lucros.

Regime contábil adotado

A Instituição adota o regime de competência em suas práticas contábeis, sendo que suas receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, respeitando os Princípios da Oportunidade e da Competência.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 23 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Fundação estão apresentadas na nota explicativa nº 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, e elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis.

4 Uso de estimativas e julgamentos

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 10** - Premissas para constituição de provisão para perdas de crédito esperadas;
- **Nota Explicativa nº 11** - Vida útil dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota Explicativa nº 16** - Provisões de processos judiciais.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Fundação estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 (premissa para ativo e passivo que não são baseados em observáveis de mercado), e reportes diretamente para a Diretoria Financeira.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 21** - Instrumentos financeiros.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis devido ao novo CPC e ICPC

A Fundação adotou inicialmente as alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 06 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 a partir de 1º de janeiro de 2021.

A Fundação aplicou as alterações da Fase 2 retrospectivamente. No entanto, de acordo com as exceções permitidas nas alterações da Fase 2, a Fundação optou por não reapresentar comparativos para os períodos anteriores para refletir a aplicação dessas alterações. Uma vez que a Fundação não teve transações para as quais a taxa de referência tenha sido substituída por uma taxa de referência alternativa em 31 de dezembro de 2020, não há impacto nos saldos de abertura inicial em resultado da aplicação retrospectiva.

Políticas específicas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021 para a reforma da taxa de juros de referência

As alterações da Fase 2 fornecem alívio prático de certos requerimentos das Normas IFRS. Esses benefícios referem-se a modificações de instrumentos financeiros e contratos de arrendamento ou relações de hedge desencadeadas pela substituição de uma taxa de juros de referência em um contrato por uma nova taxa de referência alternativa.

Se a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado mudasse como resultado da reforma da taxa de juros de referência, a Fundação atualizaria a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. A reforma da taxa de juros de referência exige uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando alterações foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de alterações na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Fundação primeiro atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois, a Fundação aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

As políticas contábeis utilizadas nessas demonstrações financeiras são as mesmas que as adotadas nas demonstrações financeiras da Fundação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Essas normas também entraram em vigor na data mencionada.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativo financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Fundação pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.. No reconhecimento inicial, a Fundação pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Fundação realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Fundação;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Fundação.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Fundação considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Fundação considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Fundação a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Fundação realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Fundação atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Fundação atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Fundação aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação espontânea, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta.
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados.

- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Fundação. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Conta	Taxa - Anos
Edificações	13,5 a 60 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Instalações	2 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 15 anos
Veículos	4 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pelas mensalidades ou prestação de serviços pela Fundação. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para “*impairment*”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento. O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “*impairment*” de ativos financeiros ao custo amortizável. Normalmente, na prática, o contas a receber é reconhecido ao valor faturado e ajustado ao valor de realização. O contas a receber de clientes decorrentes de operações de longo prazo é ajustado a valor presente.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Redução ao valor recuperável - *Impairment***(i) Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que esta não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Fundação considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Fundação utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

A Administração da Fundação não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Fundação tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas através do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

g. Receita operacional - Mensalidades

A receita operacional de mensalidades que inclui parcelas de anuidades/semestralidades no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, sendo reconhecida mensalmente conforme a realização contratual.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente os encargos recebidos sobre mensalidades em atraso e a atualização do PagFácil. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e ajuste a valor presente de créditos a receber.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos, e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, estes juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. A Fundação utiliza a taxa de 5,8% para o cálculo do AVP.

j. Arrendamentos

No início de um contrato, a Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Fundação utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Fundação aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Fundação optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Fundação. Geralmente, a Fundação usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Fundação determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;



- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Fundação alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Fundação apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Fundação optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Fundação reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

k. Gratuidades

O benefício concedido como gratuidade por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a Interpretação ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

l. Destinação do superávit

A Fundação não tem finalidades lucrativas e não distribuiu lucros, bonificações ou vantagens financeiras aos seus diretores ou mantenedores, e os saldos de seu balanço são aplicados no aumento do seu patrimônio visando a sua continuidade.

m. Novas normas e interpretações ainda não adotadas aplicáveis as demonstrações financeiras

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Fundação não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas e interpretações alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Fundação determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

b) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Classificação dos Passivos como Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

8 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Fundação exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Contas a receber de alunos e outros créditos

O seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

Outros passivos financeiros não derivativos

Os financiamentos e empréstimos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

9 Caixas e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	2022	2021
Caixa e bancos	74.410	66.403
Aplicações financeiras (i)	934.140	7.432.687
	1.008.550	7.499.090

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações automáticas e Certificados de depósitos bancários de renda fixa, remunerados a uma taxa média de 105% a.a. do CDI (100% a.a. em 2021).

A exposição da Fundação a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21.

10 Contas a receber de alunos

	2022	2021
Mensalidades a receber (i)	128.066.390	112.580.770
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	179.510	183.079
Cheques em cobrança	90.264	89.172
Crédito estudantil (ii)	<u>114.114.806</u>	<u>106.051.972</u>
	<u>242.450.970</u>	<u>218.904.993</u>
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas (iii)	(67.436.675)	(64.674.427)
(+) Ajuste a valor presente (iv)	<u>(6.056.265)</u>	<u>(3.966.444)</u>
	<u>168.958.030</u>	<u>150.264.122</u>
(-) Parcela a receber a longo prazo classificada no ativo não circulante	<u>(120.616.955)</u>	<u>(105.216.193)</u>
Parcelas no ativo circulante	<u>48.341.075</u>	<u>45.047.929</u>

Nesse exercício, a provisão para perdas de crédito esperadas representa 28% (30% em 31 de dezembro de 2021) do total dos créditos de mensalidades em aberto até 31 de dezembro de 2022.

- (i) Mensalidades a receber inclui parcelas de anuidades vencidas e a vencer.
- (ii) Crédito estudantil refere-se ao programa de crédito estudantil próprio da Fundação, extensivo aos alunos bolsistas, ele possibilita o pagamento de até metade do curso depois de formado e é viabilizado com recursos próprios, sem intermediação de instituição financeira. As parcelas são pagas com o reajuste similar ao que é aplicado anualmente em cada curso, sem acréscimo de juros e sem análise de crédito. As mensalidades com vencimentos em períodos futuros são reconhecidas mensalmente conforme a realização contratual.
- (iii) A Provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades, negociações a receber e outros ativos a receber. O cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas considera os percentuais históricos (índices) de recuperação de valores abertos considerando o período de maturação na carteira de mensalidades a receber, bem como as expectativas de negociações com os alunos ao longo do curso. Esses índices são atualizados mensalmente para composição da série histórica que é base para a estimativa da provisão para perdas de crédito esperadas reconhecida.
- (iv) O valor presente (AVP) é calculado sobre os valores de receita reconhecidas mensalmente e que tenham vencimentos em períodos futuros, notadamente produtos usados pelos alunos beneficiados pelo crédito estudantil próprio - PagFácil. A taxa média ponderada utilizada para realizar o desconto dos valores no período foi de 5,8% (5,5% em 31 de dezembro de 2021). A reversão do AVP constituído no mês da receita, pode ocorrer de 2 formas: a) pela evolução natural dos contratos no tempo, isto é, mensalmente é revertido o valor proporcional do mês com impacto positivo no resultado; e b) quando ocorre a evasão do aluno, que nos permite, de acordo com o contrato assinado, cobrar antecipadamente o saldo devedor e, nesse caso, o saldo do AVP é revertido integralmente. Contas a receber do PagFácil e de renegociações de mensalidades com vencimento superior a 365 dias, líquido dos ajustes a valor presente. O contas a receber apresentou aumento decorrente de uma maior exposição dos produtos de parcelamento da Fundação, como o PagFácil, nos quais o pagamento ocorre apenas após a conclusão do curso, aliado ainda ao elevado volume de mensalidades em aberto em razão do cenário econômico instável.

A composição dos saldos a receber por idade de vencimento é dada por:

	2022	2021
Créditos a vencer	66.994.157	49.835.568
Créditos em atraso de 1 a 30 dias	1.986.065	1.833.340
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	1.612.570	1.488.062
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	1.438.844	1.393.712
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	2.769.132	2.702.001
Créditos em atraso entre 6 meses e 1 ano	3.351.098	3.846.564
Créditos em atraso entre 1 ano e 2 anos	4.711.421	6.801.314
Créditos em atraso acima de 2 anos	45.203.103	44.680.209
	128.066.390	112.580.770

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

Saldo da provisão em 1º de janeiro de 2022	(64.674.427)	(61.198.111)
Estorno de provisão	2.969.073	730.640
Complemento da provisão durante o exercício	(5.731.321)	(4.206.956)
Saldo da provisão em 31 de dezembro de 2022	(67.436.675)	(64.674.427)

Movimentação do ajuste a valor presente

Saldo em 1º de janeiro de 2022	(3.966.444)	(2.212.421)
Complemento do ajuste durante o exercício	(2.089.821)	(1.754.023)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(6.056.265)	(3.966.444)

Provisão para perdas de crédito esperadas e baixas:

- **Mensalidades:** A Fundação constitui mensalmente a provisão para perdas de crédito esperadas analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 84 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua “performance” de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos, que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis, tais como a taxa de desemprego.
- **FIES:** A Fundação constitui provisão para perdas de crédito esperadas para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa, sendo as seguintes premissas consideradas:
 - Para os contratos com fiador foi constituída uma provisão de 10% do faturamento dessa natureza, considerando que a Fundação assume 100% de exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 15% de inadimplência.

- Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, foi constituída uma provisão de 10% do faturamento dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 90% da exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 15% de inadimplência.
- Este percentual leva em consideração:
 - (a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e
 - (b) o percentual de evasão histórica de alunos. Movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas.

A exposição da Fundação a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de alunos e a outras contas é divulgada na nota explicativa nº 21.

Fundação Hermínio Ometto
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

11 Imobilizado
a. Movimentação do custo

Custo	Edificações		Benefiteirias em imóveis de terceiros		Benefiteirias com pavimentação		Instalações		Instalações - Reavaliação		Móveis e utensílios		Móveis e utensílios - Reavaliação				
	Edificações	Edificações - Reavaliação	Benefiteirias em imóveis de terceiros	Benefiteirias com pavimentação	Instalações	Instalações - Reavaliação	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios - Reavaliação	Veículos	Veículos - Reavaliação	Biblioteca	Terrenos	Terrenos - Reavaliação	Obras em andamento	Obras em andamento (i)	Imobilizado em fornecedor - Móveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.301.917	22.539.191	211.488	5.595.599	21.605.230	1.917.255	4.522.741	817.680	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	810.591	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	(62.803)	(39.364)	(8.970)	(8.173)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	1.235.338	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	44.537.255	22.539.191	211.488	5.595.599	22.353.018	1.877.891	4.557.498	809.507	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	-	-	2.011.338	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	(195.740)	(252.428)	(154.319)	(131.958)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	2.108.442	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	46.645.697	22.539.191	211.488	5.595.599	24.168.616	1.625.463	4.626.185	677.549	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo	Veículos	Veículos - Reavaliação	Biblioteca	Terrenos	Terrenos - Reavaliação	Obras em andamento	Imobilizado em fornecedor - Móveis	Total									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	314.617	34.079	4.244.536	300.000	6.179.550	3.723.222	-	115.307.105	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	-	1.500	-	-	886.731	-	1.800.049	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	(1.235.338)	-	(119.310)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	314.617	34.079	4.246.036	300.000	6.179.550	3.374.615	-	116.987.844	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	3.688	-	55.637	-	-	1.329.236	-	53.622.905	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	(34.136)	-	-	(2.108.442)	-	(826.081)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	318.305	34.079	4.267.537	300.000	6.179.550	2.595.409	-	169.784.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Saldo em 31 de dezembro de 2022

(i) Refere-se a aquisição de um imóvel situado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste-SP e que passará por reformas estruturais para início das operações educacionais nos próximos anos. O pagamento da aquisição, conforme determinado na Carta de Arrematação foi entrada de R\$ 12.500.000 (com efeito caixa no exercício de 2022) e mais 6 parcelas semestrais de R\$6.250.000 a partir do ano de 2023. O saldo a pagar está apresentado na nota explicativa nº 15.

Fundação Hermínio Ometto
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022
Movimentação da depreciação

Depreciação	Edificações	Edificações - Reavaliação	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Beneficiárias com pavimentação	Instalações	Instalações - Reavaliação	Móveis e utensílios	Móveis e utensílios - Reavaliação
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(6.870.341)	(7.727.534)	(135.353)	(628.637)	(14.236.731)	(1.902.282)	(2.891.562)	(816.859)
Adições	(1.090.603)	(422.967)	(8.460)	(229.332)	(1.718.381)	(9.230)	(359.153)	(463)
Baixas	-	-	-	-	55.560	39.359	8.026	8.173
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(7.960.944)	(8.150.501)	(143.813)	(857.969)	(15.899.552)	(1.872.153)	(3.242.689)	(809.149)
Adições	(1.116.428)	(422.967)	(67.675)	(229.332)	(1.482.976)	(5.642)	(301.577)	(358)
Baixas	-	-	-	-	188.870	252.426	133.981	131.958
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(9.077.372)	(8.573.468)	(211.488)	(1.087.301)	(17.193.658)	(1.625.369)	(3.410.285)	(677.549)

Valor líquido contábil:
Em 31 de dezembro de 2022
Em 31 de dezembro de 2021

37.568.325	13.965.723	-	4.508.298	6.974.958	94	1.215.900	-	358
36.576.311	14.388.690	67.675	4.737.630	6.453.466	5.738	1.314.809	-	-

Depreciação	Veículos	Veículos - Reavaliação	Biblioteca	Terrenos	Terrenos - Reavaliação	Obras em andamento	Imobilizado em andamento	Adiantamento fornecedores - Móveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(286.995)	(34.078)	-	-	-	-	-	-	(35.530.372)
Adições	(5.128)	-	-	-	-	-	-	-	(3.843.717)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	111.118
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(292.123)	(34.078)	-	-	-	-	-	-	(39.262.971)
Adições	(5.510)	(1)	-	-	-	-	-	-	(3.632.466)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	707.235
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(297.633)	(34.079)	-	-	-	-	-	-	(42.188.202)

Valor líquido contábil:
Em 31 de dezembro de 2022
Em 31 de dezembro de 2021

20.672	-	4.267.537	300.000	6.179.550	2.595.409	50.000.000	-	-	127.596.466
22.494	-	4.246.036	300.000	6.179.550	3.374.615	-	-	57.500	77.724.873

A Fundação monitora o seu ativo imobilizado por meio de indicadores internos e externos, objetivando identificar eventuais impactos no valor recuperável dos mesmos.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação

A Fundação analisa anualmente as taxas de depreciação dos itens do seu ativo imobilizado. Em 2022, houve revisão das referidas taxas sem a necessidade de sua alteração em relação a 2021.

12 Financiamentos e empréstimos

	2022	2021
Moeda Nacional		
Finame - juros de 3,60% a 6,81% a.a.	768.534	512.287
Empréstimos bancários para capital de giro - juros 7,31% a.a	2.566.986	12.949.531
Crédito direto ao consumidor – juros 11,09% a.a.	19.681	31.158
Leasing – juros de 8,99% a.a.	79.093	118.640
Empréstimo Conta garantida – juros 4,90% a.a.	8.000.000	-
	11.434.294	13.611.616
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante	(10.953.632)	(10.885.912)
Passivo não circulante	480.662	2.725.704

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2022	2021
Ano de vencimento:		
2023	-	2.621.560
2024	290.351	100.569
2025	190.311	3.575
	480.662	2.725.704

As garantias oferecidas pela Fundação por modalidades de empréstimos são as que seguem:

Modalidade	Garantia
Finame	Alienação fiduciária de ativo fixo
Empréstimos conta garantida	Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios
Empréstimos bancários para capital de giro	Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios
Crédito direto ao consumidor	Alienação fiduciária de ativo fixo

Fundação Hermínio Ometto
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022

12.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Variações dos financiamentos e empréstimos	Saldo inicial 01/01/2022	Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	Pagamento de juros	Juros apropriados	Saldo final 31/12/2022
Financiamentos e empréstimos	13.611.616	9.375.000	(10.600.358)	(1.678.031)	726.067	11.434.294
Passivo de arrendamento	(1.504.466)	-	(129.704)	-	-	(1.634.170)
Movimentações sem efeito caixa						
		Adição de provisão (i)	Baixa de contrato (i)	Amortização de AVP	Adição de AVP	
Passivo de arrendamento	1.632.889	22.200	(15.908)	5.497	(980)	1.643.698
Total	13.740.039	9.397.200	(10.745.970)	(1.672.534)	725.087	11.443.822

Variações dos financiamentos e empréstimos	Saldo inicial 01/01/2021	Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	Pagamento de juros	Juros apropriados	Saldo final 31/12/2021
Financiamentos e empréstimos	24.544.661	-	(11.231.992)	(1.293.246)	1.592.193	13.611.616
Passivo de arrendamento	(1.339.924)	-	(164.542)	-	-	(1.504.466)
Movimentações sem efeito caixa						
		Adição de provisão (i)	Baixa de contrato (i)	Amortização de AVP	Adição de AVP	
Passivo de arrendamento	1.552.820	71.122	(1.500)	15.236	(4.789)	1.632.889
Total	24.757.558	71.122	(11.398.034)	(1.278.010)	1.587.404	13.740.039

As movimentações referente a adições e baixas de contratos não possuem efeito caixa, bem como não há ajuste ao lucro, pois são provisões realizadas entre as contas de ativo e passivo.

13 Impostos a recolher

	2022	2021
I.R.R.F a recolher s/ salário	1.147.228	887.245
Outras	444.136	21.619
	<u>1.591.364</u>	<u>908.864</u>

14 Salários e férias a pagar

	2022	2021
Salários a pagar	2.220.884	1.744.569
Provisão de férias	2.783.922	2.154.783
INSS a recolher	257.800	226.070
FGTS a recolher	566.959	501.824
	<u>5.829.565</u>	<u>4.627.246</u>

15 Outras contas a pagar

	2022	2021
Compra de imobilizado a pagar (i)	37.624.000	-
Repasse prestação serviços (ii)	3.812.767	3.043.884
Outras	112.413	190.482
	<u>41.549.180</u>	<u>3.234.366</u>

Passivo circulante (14.285.310) (1.655.769)

Passivo não circulante 27.263.870 1.578.597

- (i) Refere-se a aquisição de um imóvel localizado na cidade de Santa Bárbara d'Oeste-SP, que será destinado a abertura de um novo Campus para atividade educacionais da Fundação Hermínio Ometto. O valor total da aquisição é de R\$ 50.000.000 e conforme Carta de Arrematação, o montante de R\$ 12.500.000 foi pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o saldo no valor de R\$ 37.624.000 (valor nesta data já atualizado pelo índice IPCA), será pago em 6 parcelas semestrais a partir do ano de 2023 de R\$6.250.000, as quais serão corrigidas pelo IPCA do período, contado da data do pagamento da parcela inicial.
- (ii) Refere-se a contratos firmados com parceiros para prestação de serviços educacionais referente à oferta de cursos de pós-graduação "lato sensu" e de programas de pós-graduação "stricto sensu" em diversas áreas. Do valor recebido das mensalidades um percentual estabelecido em contrato é repassado aos parceiros mensalmente.

16 Provisões de processos judiciais

Demandas judiciais

A Fundação está exposta a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que estão provisionados nas demonstrações financeiras, em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota na defesa destes, ou pela sua importância na situação patrimonial da Fundação.

Os processos provisionados foram considerados adequados pela Administração com base em vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Fundação, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às demandas em discussão judicial eram:

	2022	2021
Cíveis e trabalhistas	40.000	50.000
	<u>40.000</u>	<u>50.000</u>

A movimentação ocorrida no exercício foi a seguinte:

	Cíveis e trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>50.000</u>	<u>50.000</u>
Reversão de provisões durante o exercício	(493)	(493)
Baixas de provisões durante o exercício	<u>(9.507)</u>	<u>(9.507)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>40.000</u>	<u>40.000</u>

A Fundação possui outros processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 153.000 (R\$ 23.088.638 em 31 de dezembro de 2021).

As eventuais perdas mensuradas neste montante se referem a reclamações trabalhistas e cíveis e a autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil nos exercícios de 2009 e 2010, referentes às verbas previdenciárias não recolhidas, relativas às competências de outubro de 2004 a agosto de 2009, por entender que a Fundação não obteve o CEBAS. A Fundação, assim como diversas outras entidades filantrópicas, protocolou os pedidos de renovação, todavia não obteve as respectivas certidões expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Baseada neste fato, a Secretaria da Receita Federal do Brasil entrou com pedido de cancelamento da isenção, e a Fundação, por meio de Mandado de Segurança e Defesa em Ação Civil Pública, obteve decisão definitiva, já transitado em julgado, de seu pedido de anulação do ato de cancelamento movido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, encerrando-se com êxito a via judicial. A Fundação está aguardando a baixa definitiva do respectivo auto de infração pela Receita Federal do Brasil após informa-la sobre o trânsito e julgado da decisão judicial que lhe fora favorável.

A Fundação — baseada: a) na avaliação de êxito dos seus assessores jurídicos, que consideram possível o risco de perda das respectivas ações; b) no fato de que efetivamente cumpriu ao longo dos exercícios com suas obrigações de assistência social e protocolou no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) os respectivos pedidos de renovação do CEBAS; e c) no fato de que em 2009 obteve por meio da Medida Provisória nº 446/2008 o deferimento do certificado de entidade beneficente pelo CNAS e, desde então, tem renovado sem problema a sua certificação até a presente data e por isso não reconheceu nenhuma provisão para contingências fiscais nas demonstrações financeiras relativas a tal assunto.

17 Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

As rendas geradas pela Fundação são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº1.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da Fundação, seu acervo será incorporado integralmente ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Araras, respeitadas as condições impostas às doações imobiliárias e a obrigação de destiná-lo a finalidades educacionais. Caso o acervo recebido venha a ser transferido pela Prefeitura Municipal de Araras à outras entidades com finalidade educacional, estas deverão ser necessariamente entidades beneficentes certificadas ou entidades públicas.

b. Reserva de reavaliação

Decorre dos saldos da reserva de reavaliação de ativos próprios, contabilizada pela Fundação no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e que vem sendo realizado mediante alienação, baixa e depreciação dos respectivos bens do ativo imobilizado reavaliado.

c. Superávit do exercício

O superávit apurado no exercício será destinado integralmente no próximo exercício para o Patrimônio social conforme art.2º do Estatuto social da Fundação Hermínio Ometto.

18 Receitas operacionais

	2022	2021
Receita bruta de prestação de serviços educacionais		
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	102.991.671	110.321.535
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas	54.788.417	61.327.413
Outros serviços educacionais	538.097	454.022
	<u>158.318.185</u>	<u>172.102.970</u>
(-) Deduções da receitas		
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais 100%	(11.559.505)	(15.440.998)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais 50%	(4.851.002)	(8.122.721)
Bolsas de estudos Institucionais - Integrais 100%	(3.690.546)	(2.866.794)
Bolsas de estudos Institucionais - Parciais 50%	(34.687.364)	(34.896.901)
Outras bolsas de estudo	(15.062.028)	(14.484.428)
Devoluções e cancelamentos	(5.930.785)	(9.584.355)
Descontos concedidos	(7.694.786)	(7.407.540)
COFINS imune sobre faturamento	(5.027.429)	(5.213.746)
	<u>(88.503.445)</u>	<u>(98.017.483)</u>
Receita operacional líquida	<u>69.814.740</u>	<u>74.085.487</u>

19 Despesas operacionais por natureza

	2022	2021
Salários e encargos sociais	(43.117.937)	(41.822.819)
Serviços prestados por terceiros	(9.970.331)	(5.896.602)
Depreciação e amortização	(3.795.240)	(4.058.440)
Benefícios e concessões a funcionários	(3.376.460)	(3.007.292)
Viagens e representações	(336.416)	(108.278)
Energia elétrica	(1.595.576)	(990.627)
Aluguéis	(105.643)	(17.392)
Divulgação	(1.009.477)	(565.802)
Gastos com manutenção e combustíveis	(1.782.443)	(1.091.356)
Outros gastos	(4.349.017)	(3.599.865)
Custos de contribuição previdenciária imune	(9.174.212)	(8.478.044)
Contribuição previdenciária imune	9.174.212	8.478.044
	<u>(69.438.540)</u>	<u>(61.158.473)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custos dos serviços educacionais	(45.600.152)	(43.252.295)
Custos dos serviços de atendimentos à população	(3.503.294)	(2.408.283)
Administrativas e gerais	(20.335.094)	(15.497.895)
Custos de contribuição previdenciária imune	(9.174.212)	(8.478.044)
Contribuição previdenciária imune	9.174.212	8.478.044
	<u>(69.438.540)</u>	<u>(61.158.473)</u>

20 Financeiras líquidas

Receitas financeiras

	2022	2021
Encargos recebidos sobre mensalidades em atraso	9.780.456	6.316.368
Atualização PagFácil	12.891.015	9.490.748
Multas/Juros	893.019	629.687
Rendimento de aplicações financeiras	1.041.337	485.409
Atualização de tributos e contribuições a recuperar	-	6
Outras receitas financeiras	26.595	23.485
	<u>24.632.422</u>	<u>16.945.703</u>

Despesas financeiras

	2022	2021
Despesas com taxas do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC)	(951)	(12.876)
Juros e encargos financeiros	(857.604)	(1.603.577)
Descontos concedidos - Campanha de cobrança	-	(1.459.205)
Ajuste a valor presente de créditos a receber	(2.810.754)	(2.098.798)
Outras despesas financeiras	(121.901)	(93.701)
Despesas bancárias	(4.273)	(5.930)
	<u>(3.795.483)</u>	<u>(5.274.087)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>20.836.939</u>	<u>11.671.616</u>

21 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco operacional

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Fundação. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria Administrativo-financeira tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Fundação. A Diretoria Administrativo-financeira é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente à Diretoria Administrativo-financeira sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Fundação para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. Esta, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, tem por objetivo desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito (Contas a receber de alunos e outros créditos)

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso seus alunos falhem em cumprir com suas obrigações contratuais. A Fundação realiza análises periódicas na inadimplência em sua carteira em aberto, bem como realiza todos os procedimentos de cobrança permitidos pela legislação vigente. Adicionalmente a Fundação reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa em bases mensais, de forma a manter os saldos de contas a receber pelo seu valor líquido de realização mais provável, utilizando-se de sistemáticas consistentes ao longo dos exercícios.

Também, a Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos	Nota	2022	2021
Caixa e bancos	9	74.410	66.403
Aplicações financeiras	9	934.140	7.432.687
Contas a receber de alunos	10	168.958.030	150.264.122
Outros créditos		<u>1.138.095</u>	<u>1.002.825</u>
Total		<u>171.104.675</u>	<u>158.766.037</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2022				
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 Anos
Passivos					
Fornecedores	803.278	803.278	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	11.434.294	6.763.149	4.190.483	290.351	190.311
Outras contas a pagar	<u>41.549.180</u>	<u>8.014.643</u>	<u>6.270.667</u>	<u>14.722.537</u>	<u>12.541.333</u>
Total	<u>53.786.752</u>	<u>15.581.070</u>	<u>10.461.150</u>	<u>15.012.888</u>	<u>12.731.644</u>
	2021				
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 Anos
Passivos					
Fornecedores	797.131	797.131	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	13.611.616	5.959.386	4.926.526	2.621.560	104.144
Outras contas a pagar	<u>3.234.366</u>	<u>1.655.769</u>	<u>-</u>	<u>1.578.597</u>	<u>-</u>
Total	<u>17.643.113</u>	<u>8.412.286</u>	<u>4.926.526</u>	<u>4.200.157</u>	<u>104.144</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Fundação, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes da nota explicativa nº 10.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Fundação e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Fundação.

O objetivo da Fundação é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Fundação.

Gestão de capital

A política da Diretoria Administrativo-financeira é manter uma sólida base de capital para manter o desenvolvimento futuro das atividades da Fundação. A Diretoria monitora os resultados das atividades operacionais, bem como de suas reservas financeiras, de forma a cumprir compromissos existentes no final de cada exercício.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Demonstração dos instrumentos financeiros em suas respectivas categorias

	2022	
	Valor justo através do resultado	Pelo custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	1.008.550	-
Contas a receber de alunos	-	168.958.030
Outros créditos	-	1.138.095
Passivos		
Fornecedores	-	803.278
Financiamentos e empréstimos	-	11.434.294
Adiantamento de alunos e de convênios	-	521.039
Total	1.008.550	182.854.736
	2021	
	Valor justo através do resultado	Pelo custo amortizado
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	7.499.090	-
Contas a receber de alunos	-	150.264.122
Outros créditos	-	1.002.825
Passivos		
Fornecedores	-	797.131
Financiamentos e empréstimos	-	13.611.616
Adiantamento de alunos e de convênios	-	537.385
Total	7.499.090	166.213.079

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- O contas a receber de alunos e outros créditos, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da Fundação, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.
- Os financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados às taxas prefixadas.

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2022		2021	
	Valor contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor justo
Ativos				
Contas a receber de alunos	168.958.030	168.958.030	150.264.122	150.264.122
Outros créditos	1.138.095	1.138.095	1.002.825	1.002.825
Passivos				
Fornecedores	803.278	803.278	797.131	797.131
Financiamentos e empréstimos	11.434.294	11.434.294	13.611.616	13.611.616
Adiantamentos de alunos e de convênios	521.039	521.039	537.385	537.385
Outras contas a pagar	41.549.180	41.549.180	3.234.366	3.234.366

Hierarquia de valor justo

Para os valores justos reconhecidos no balanço, o Pronunciamento Técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros Evidenciação requer a divulgação para cada classe de instrumentos financeiros e derivativos, a qual classe de apuração do valor justo foi utilizada, seguindo as definições abaixo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Para tanto, a Fundação definiu os respectivos níveis da seguinte forma:

- **Nível 2** - São classificados nesse nível caixa e bancos, registrados pelo valor depositado nas instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, representados por aplicações financeiras CDB - DI, negociados com seus respectivos bancos e mensurados pela cotação de mercado, divulgados pelas respectivas bolsas de valores (BM&F Bovespa e CETIP).

	Valor contábil em 2022	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	1.008.550	1.008.550	-	-
	Valor contábil em 2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	7.499.090	7.499.090	-	-

22 Partes relacionadas

Operações com o pessoal-chave da Administração

Os membros do Conselho Superior são responsáveis pela Administração da Fundação de acordo com o art. 4º do seu Estatuto Social e são consideradas as pessoas-chave que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Fundação.

Os membros do Conselho Superior não possuem nenhum tipo de remuneração ou benefício, diretos ou indiretos. Desta forma, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em *performance* de superávit.

23 Informações adicionais

Em atendimento ao art. 3º da Lei Complementar nº 187/2021, a Fundação está divulgando como informações adicionais o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício na data-base 31 de dezembro de 2022 relacionadas às áreas de educação e outras atividades institucionais, conforme quadro abaixo:

Ativo	Área da educação	Outras atividades	Total
Caixa e equivalentes de caixa	947.129	61.421	1.008.550
Contas a receber de alunos	100.552.052	-	100.552.052
Ajuste a valor presente	(354.734)	-	(354.734)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(51.856.243)	-	(51.856.243)
Repasse de recursos	10.326.191	(10.326.191)	-
Estoques	150.933	141.065	291.998
Outros créditos	1.024.795	41.806	1.066.601
Total do ativo circulante	60.790.123	(10.081.899)	50.708.224
Depósitos judiciais	161.347	-	161.347
Contas a receber de alunos	141.898.918	-	141.898.918
Ajuste a valor presente	(5.701.531)	-	(5.701.531)

Ativo	Área da educação	Outras atividades	Total
Provisão para perdas de crédito esperadas	(15.580.432)	-	(15.580.432)
Outros créditos	71.494	-	71.494
Direito de uso	8.990	-	8.990
Imobilizado	125.281.105	2.315.361	127.596.466
Intangível	87.350	-	87.350
Total do ativo não circulante	246.227.241	2.315.361	248.542.602
Total do ativo	307.017.364	(7.766.538)	299.250.826

Passivo	Área da educação	Outras atividades	Total
Financiamentos e empréstimos	10.953.632	-	10.953.632
Fornecedores	797.771	5.507	803.278
Passivo de arrendamento	9.528	-	9.528
Impostos e contribuições a recolher	1.588.630	2.734	1.591.364
Salários e férias a pagar	5.779.165	50.400	5.829.565
Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09	195.829	-	195.829
Adiantamentos de alunos e de convênios	517.149	-	517.149
Receita diferida	127.551	-	127.551
Outras contas a pagar	14.285.310	-	14.285.310
Total do passivo circulante	34.254.565	58.641	34.313.206
Financiamentos e empréstimos	480.662	-	480.662
Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09	141.712	-	141.712
Provisões de processos judiciais	40.000	-	40.000
Adiantamentos de alunos e de convênios	3.890	-	3.890
Receita diferida	265.731	-	265.731
Outras contas a pagar	27.263.870	-	27.263.870
Total do passivo não circulante	28.195.865	-	28.195.865
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	199.281.314	(7.613.609)	191.667.705
Reserva de reavaliação	20.084.996	62.904	20.147.900
Superávits acumulados	25.200.624	(274.474)	24.926.150
Total do patrimônio líquido	244.566.934	(7.825.179)	236.741.755
Total do passivo	62.450.430	58.641	62.509.071
Total do passivo e patrimônio líquido	307.017.364	(7.766.538)	299.250.826

Demonstrações de resultados	Área da educação	Outras atividades	Total
Receita bruta da prestação de serviços educacionais			
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	102.991.671	-	102.991.671
Receitas de mensalidades com gratuidades - Bolsas	54.788.417	-	54.788.417
Outros serviços educacionais	538.097	-	538.097
(-) Deduções das receitas			
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais - 100%	(11.559.505)	-	(11.559.505)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais - 50%	(4.851.002)	-	(4.851.002)
Bolsas de estudos institucionais - Integrais - 100%	(3.690.546)	-	(3.690.546)
Bolsas de estudos institucionais - Parciais - 50%	(34.687.364)	-	(34.687.364)
Outras bolsas de estudos	(15.062.028)	-	(15.062.028)
Devoluções e cancelamentos	(5.930.785)	-	(5.930.785)
Descontos concedidos	(7.694.786)	-	(7.694.786)
COFINS imune sobre faturamento	(5.011.723)	(15.706)	(5.027.429)
	<u>(88.487.739)</u>	<u>(15.706)</u>	<u>(88.503.445)</u>
Receita operacional líquida	<u>69.830.446</u>	<u>(15.706)</u>	<u>69.814.740</u>
Custo dos serviços prestados			
Custos dos serviços educacionais	(44.807.042)	(793.110)	(45.600.152)
Custos dos serviços de atendimentos à população	(3.503.294)	-	(3.503.294)
Custos de contribuição previdenciária imune	(9.131.215)	(42.997)	(9.174.212)
	<u>(57.441.551)</u>	<u>(836.107)</u>	<u>(58.277.658)</u>
Resultado bruto	<u>12.388.895</u>	<u>(851.813)</u>	<u>11.537.082</u>
Outras receitas operacionais			
Outras receitas operacionais	740.571	520.656	1.261.227
Serviços voluntários obtidos	3.967	-	3.967
Imunidade de contribuições sociais usufruídas	5.011.723	15.706	5.027.429
Outras despesas operacionais			
Constituição de perdas de crédito esperadas	(2.941.938)	-	(2.941.938)
Administrativas e gerais	(20.335.094)	-	(20.335.094)
Contribuição previdenciária imune	9.131.215	42.997	9.174.212
Despesas com serviços voluntários	(3.967)	-	(3.967)
Outras despesas operacionais	(60.789)	(229)	(61.018)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	3.934.583	(272.683)	3.661.900
Receitas financeiras	24.628.392	4.030	24.632.422
Despesas financeiras	(3.789.270)	(6.213)	(3.795.483)
Financeiras líquidas	<u>20.839.122</u>	<u>(2.183)</u>	<u>20.836.939</u>
Superávit do exercício	<u>24.773.705</u>	<u>(274.866)</u>	<u>24.498.839</u>

24 Contribuições sociais usufruídas

A Fundação, na condição de entidade sem fins lucrativos e com atividade preponderante na área da Educação, conta com o CEBAS, publicado no Diário Oficial da União em 06 de abril de 2022, relativo ao Processo nº nº 23000.014355/2019-08, cuja vigência do certificado é de 17 de maio de 2019 a 16 de maio de 2022, e renovação tempestiva.

Sendo assim a Fundação usufrui da Imunidade Tributária até o julgamento do seu processo, conforme determina o art. 37 § 2º da Lei Complementar nº 187/2021.

Em decorrência, a Fundação está imune de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o eventual superávit apurado, da contribuição previdenciária (quota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e do Programa de Integração Social (PIS) calculado à alíquota de 1% sobre o montante da folha de salários.

Conforme os arts. 3º e 4º da Lei Complementar 187/2021, a entidade beneficente certificada faz jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam o § 7º do art. 195, os incisos I, III e IV do caput do art. 195 e do art. 239 da Constituição Federal. O total das imunidades das contribuições sociais usufruídas durante o exercício é o seguinte:

	2022 - Em R\$
Imunidade de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de trabalho	9.174.212
Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	<u>5.027.429</u>
Total das imunidades das contribuições sociais usufruídas.	<u>14.201.641</u>
	2021 - Em R\$
Imunidade de INSS cota patronal sobre remunerações, contribuintes individuais e cooperativas de trabalho.	8.478.044
Imunidade da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	<u>5.213.746</u>
Total das imunidades das contribuições sociais usufruídas.	<u>13.691.790</u>

25 Obrigações da educação para fins do CEBAS

(i) Cadastro nos sistemas de informação

Conforme previsto no art. 18 Inciso II da Lei Complementar nº 187/2021, todas as bolsas de estudos computadas como aplicação em gratuidade pela Fundação estão informadas no Censo da Educação Superior (E-mec). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Fundação mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP.

(ii) Plano nacional de educação

Os serviços de educação desenvolvidos pela Fundação são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação — Plano Nacional de Educação (PNE) — e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) que está inserida e, como consequência, por elas, regulamentadas.

A Fundação cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do art. 214 da Constituição Federal.

(iii) Análise do perfil socioeconômico

A Fundação mantém controle individual dos prontuários, com documentação e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais e parciais.

(iv) Autorização de funcionamento

De acordo com o que determina o art. 18º, inciso I da Lei Complementar nº 187/2021, a Fundação foi recredenciada junto ao MEC conforme Portaria nº 1.688, de 25 de setembro de 2019, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

26 Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais

A Fundação, aderente ao atendimento do art. 22 (Educação Superior SEM adesão ao Prouni) da Lei Complementar nº 187/2021, apresenta abaixo quadro que demonstra o cumprimento dos requisitos mínimos para a manutenção do certificado de entidade beneficente.

A Fundação esteve vinculada ao Programa Universidade para Todos – Prouni, desde 2005, tendo oferecido suas bolsas de estudo por este Programa até o processo seletivo, para ingresso em 2020. Por incompatibilidade ao calendário e os cronogramas de oferecimentos das bolsas de estudos do Programa, a Fundação, a partir do ano ingresso 2021, deixou de oferecer bolsas de estudos do Programa Universidade para Todos – Prouni, tudo conforme e com fundamento ao parágrafo 3 do art. 5 da Lei 11.096 de 2005, onde através do Termo de Solicitação de Desvinculação de Instituição de Ensino Superior, requereu em 18 de novembro de 2020, sua desvinculação ao Programa Universidade para Todos - Prouni, reiterando que o estudante beneficiado pelo programa até o ano ingresso de 2020, gozará do benefício concedido até a conclusão do curso.

As bolsas de estudos integrais e parciais foram concedidas em observância aos critérios socioeconômicos do art. 19 § 1º da Lei Complementar nº 187/2021.

Demonstrativo 1/9 e 1/4	2022
Total de alunos matriculados em dezembro	<u>6.933</u>
(-) Alunos com bolsa integral 100% - Remanescentes Prouni - Lei nº 11.096/05	595
(-) Alunos com bolsa integral 100% – Com perfil socioeconômico - Institucionais)	161
Número total de alunos com bolsa integral com perfil socioeconômico	756
(-) Outras bolsas integrais 100% - Convenção coletiva e bolsas concedidas	<u>151</u>
Total de alunos pagantes em dezembro	<u>6.026</u>
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 9 (Art. 22, § 1º Inc. I)	<u>670</u>
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno pagante 1 x 4 (Art. 22 da Lei Compl. nº 187/2021 - Superior SEM Prouni)	<u>1.507</u>
Cumprimento 1 x 9 - Educação Superior	
Bolsistas integrais (100%) – remanescentes Prouni e Institucionais	756
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 9 em dezembro	86
Cumprimento 1 x 4 - Educação Superior	
Bolsistas integrais (100%) – remanescentes Prouni e Institucionais	756
Bolsistas parciais (50%) – remanescentes Prouni e Institucionais	<u>3.952</u>
Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (Art. 22, § 1º Inc. II) em dezembro	<u>2.732</u>
Excedente de bolsas da entidade no 1 x 4 em dezembro	1.225

Além da concessão de bolsas de estudos remanescentes Prouni e Institucionais, a Fundação concedeu em 2022 outras bolsas de estudos, no valor de R\$ 15.062.028 (R\$ 14.484.428 em 2021), conforme demonstrado na nota explicativa nº 18.

27 Outras ações institucionais

Embora sua filantropia seja efetivada pela concessão de bolsa de estudos, a Fundação dispõe de outras ações institucionais por meio de programas de atendimento gratuito à população dentro das clínicas em complemento ao ensino prático de nossos alunos. Esses atendimentos representaram no ano de 2022, 162.656 atendimentos (270.440 em 2021) perfazendo um custo no montante de R\$ 3.503.294 (R\$ 2.408.283 em 2021).

Quadro demonstrativo dos atendimentos realizados

Item	Quantidade realizada em	
	2022	2021
Campanhas Comunitárias	127.920	233.697
Parceria AEHDA	1.150	839
Programa de Atendimento à Comunidade Ambulatório Enfermagem	940	15.117
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Fisioterapia	14.508	8.898
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Odontologia	9.069	5.726
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Psicologia	2.679	2.847
Programa de Atendimento à Comunidade na Farmácia Ensino	583	1.100
Programa de Atendimento à Comunidade no Laboratório de Análises Clínicas	548	1.694
Programa de Atendimento à Comunidade na Clínica de Estética	200	-
Programa Usina do Saber	124	300
Programa Educação para a Comunidade	3.551	-
Projeto Rondon	1.178	-
Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)	206	222
Total	162.656	270.440
Total dos custos dos atendimentos (em Reais)	3.503.294	2.408.283

28 Adequação das receitas com as despesas com pessoal

A Fundação aplicou 38,75% (37,95% em 2021) de sua receita de mensalidades/anuidades educacionais em custos/despesas com pessoal docente, conforme determina a Resolução CFC nº 1.409/2012 e o parâmetro da Lei das Diretrizes e Base e sua regulamentação, demonstrados a seguir:

	2022	2021
Receitas de mensalidades/anuidades educacionais	102.991.671	110.321.535
Receitas de mensalidade com gratuidades - Bolsas	54.788.417	61.327.413
(-) Deduções das receitas		
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Integrais 100%	(11.559.505)	(15.440.998)
Bolsas de estudos remanescentes Prouni - Parciais 50%	(4.851.002)	(8.122.721)
Bolsas de estudos institucionais - Integrais 100%	(3.690.546)	(2.866.794)
Bolsas de estudos institucionais - Parciais 50%	(34.687.364)	(34.896.901)
Outras bolsas de estudo	(15.062.028)	(14.484.428)
Devoluções e cancelamentos	(5.930.785)	(9.584.355)
Descontos concedidos	(7.694.786)	(7.407.540)
(=) Receitas líquidas de mensalidades/anuidades educacionais	74.304.072	78.845.212
Custos/Despesas com pessoal docente	28.793.050	29.920.700
Percentual de adequação	38,75%	37,95%

29 Aspectos ambientais

As instalações da Fundação são sujeitas às regulamentações ambientais. A Fundação diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais, controles e investimentos em equipamentos. A Fundação acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

30 Seguros

A Fundação possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimita-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2022, a Fundação possuía as seguintes principais apólices de seguros contratados com terceiros:

	Cobertura
Bens do imobilizado	51.308.800
Veículos	<u>4.776.800</u>
Resultado financeiro líquido	<u>56.085.600</u>

Fundação Hermínio Ometto



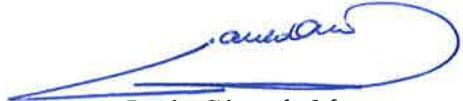
Fernando Fernandes Alvares Leite
Presidente
CPF 715.008.208-49



Jorge Hiroshi Murakami
Conselheiro
CPF 670.375.858-15



Francisco E. Fernandes Sanches
Diretor Administrativo-financeiro
CPF 037.993.238-56



Paulo César de Moraes
Contador - CRC 1SP252960/O-4
CPF 078.720.618-05